

### 3. Ecletismo arquitetônico - as transformações da cidade e as novas formas de morar

Formas de Morar. A passagem do burgo de estudantes para metrópole cosmopolita significou também a passagem da cidade de taipa para a cidade de tijolos, além de toda uma série de transformações na maneira de morar, de construir as casas e de viverem nelas.

O último quarto do século XIX presenciou um rompimento na maneira de se realizar a habitação paulista, era a colônia que finalmente era deixada para trás, substituída pela habitação burguesa e operária. As novas formas arquitetônicas apresentavam um significado simbólico diferenciado. Elas representavam a condição social de seus moradores através do local e da habitação em que estes residiam, diferenciando-se profundamente e propositalmente das superposições comuns das casas coloniais<sup>1</sup>.

As transformações sócio-econômicas alteram o imaginário social, a temática urbana passa a dominar os anseios e desejos da população, logo mais realçados com as chegadas dos Barões do Café enriquecidos e dos imigrantes que traziam muitas vezes costumes e olhares urbanos. Nesse sentido, o século XIX representará a passagem de uma cidade com uso e sociabilidade rurais para uma cidade capaz de gerenciar um novo tipo de relações sociais<sup>2</sup>. Seria a busca da realização do projeto social do homem "moderno", o projeto civilizador da burguesia do café que passaria a dominar a cena paulista e logo mais na República o cenário nacional.

Da fundação a meados do século XIX a cidade de São Paulo guardou por muitos séculos o seu perfil desenhado de acordo com o imaginário colonial. O casario não trazia as marcas da monumentalidade (característica de cidades como Salvador ou Rio de Janeiro), as casas não respeitavam normas de alinhamento, animais andavam soltos pela rua, o mato crescia em terrenos abandonados e os formigueiros eram tema de reclamações constantes<sup>3</sup>.

No Brasil, a tradição de origem lusa dos solares e casas de chácara seguiu sua história de adaptação empírica à organização social e econômica, aos costumes e às condições físicas e climáticas locais, chegando a resultar em habitações com conformação própria. O nome de arquitetos que tenham projetado casas nos tempos coloniais é raramente conhecido, a arquitetura doméstica era nas cidades feita de sobrados em que a riqueza e até mesmo a opulência eram caracterizados pelo volume e tamanho do edifício e não em soluções formais de autores; no meio rural, a "casa grande" sempre preponderou com soluções que partiam das formas tradicionais de origem ibérica<sup>4</sup>.

A taipa de pilão foi das primeiras contribuições do colonizador luso, desde os primeiros dias do Colégio introduzidas pelos povoadores ligados a João Ramalho<sup>5</sup> – foi o sistema de construção dominante e mesmo quase exclusivo por 300 anos, tanto para os sobrados mais fidalgos da zona central como para as casas mais modestas, tanto para as sedes de chácaras como para os edifícios religiosos<sup>6</sup>. Mesmo nos sobrados paulistanos ocorria, a semelhança de outras cidades do Brasil e em grande parte das hispano-americanas, que só o andar de cima fosse utilizado para moradia, servindo o térreo para loja ou mesmo para estábulo ou cocheira. No andar de cima

ficavam as sacadas, os lugares preferidos por homens e mulheres para espiarem as ruas ou assistirem à passagem das procissões. Esses sobrados, no entanto, concentravam-se quase todos em algumas ruas centrais, pois em sua grande maioria as casas da cidade eram térreas, destituídas de elegância, "sem arquitetura"<sup>7</sup>. As casas sedes das chácaras dos paulistanos ricos, todas feitas de taipa, só se destacavam por suas dimensões ou por traços de requinte mais acentuados, como portões de ferro cheios de arabescos. Da mesma forma todas as inúmeras igrejas de taipa, que demandavam reformas ou consertos constantes<sup>8</sup>. Os sobrados, por sua vez, apresentavam uma uniformidade impressionante. Em que pese as suas particularidades, se caracterizavam pelas janelas adornadas de pequenos balcões, ostentando sempre amplos beirais. Diferenciavam-se apenas em que alguns tinham sacadas de ferro abraçando todas as janelas, com esteios para as luminárias, enquanto outros possuíam seu último andar em forma de água-furtada, alguns com quatro águas-furtadas dispostas em forma de cruz ou então sobradinhos com as janelas de cima tocando no beiral<sup>9</sup>.

É verdade que a partir de fins do século XVIII houve algumas modificações na similaridade das fachadas, inclusive com suas janelas de vergas recurvadas à moda pombalina, introduzidas principalmente pelos engenheiros militares trazidos pelos últimos governadores-gerais. No geral, entretanto, pode-se afirmar que desde os fins do século XVIII até 1850 São Paulo praticamente não conheceu nenhuma novidade arquitetônica. Tão perto do Rio de Janeiro, praticamente não conheceu o *Neoclássico* trazido pela Missão Francesa<sup>10</sup>. A conservadora arquitetura colonial paulistana ainda manteve as rótulas, os postigos e as cancelas até 1873, quando foram proibidas pelo Código de Posturas, que impôs a sua retirada<sup>11</sup>.

Em meados do século XIX todas as alterações sócio-econômicas provocadas pela expansão do café e que alteraram profundamente o quadro urbano paulistano, como vimos acima, também atingiram a forma de morar na cidade de São Paulo. Entrava-se em uma nova etapa deste processo civilizador que será realçada e acelerada com a República. Na segunda metade do século XIX o *ecletismo neoclássico* com todas as suas variações invadiu a nossa cidade. Introduziram-se novos materiais de construção, a alvenaria de tijolos. A importação de materiais foi vulgarizada e até facilitada pelo afluxo e pelo trabalho dos técnicos estrangeiros que vieram com a imigração. Construíram uma série de obras de grande porte, tanto públicas quanto particulares, tais como escolas, quartéis, cadeias, prédios para as secretarias relativas à administração pública, para as instruções científicas e acadêmicas. Mas principalmente a casa do ecletismo, considerada em seus aspectos técnico-estilísticos foi o que mais se transformou<sup>12</sup>. Nos 50 anos de 1870 a 1920 a cidade praticamente se refez.

Foi o tempo do ecletismo, sinônimo de progresso e linguagem do poder econômico – era o capitalismo inaugurado com o café que chegava à cidade<sup>13</sup>. A taipa velha foi renegada, significando um tempo a ser superado e negado, principalmente pela nova elite cafeeira e pela classe média que surgia formada em sua maioria pelos imigrantes que ascendiam socialmente. Entre os paulistas, o ecletismo era entendido como uma

manifestação civilizada adotada graças ao café, cujo dinheiro aos poucos foi mostrando à classe alta as novidades próprias dos “povos cultos”. O termo mesmo *ecletismo* não era usado por ninguém naquele período final do século XIX, ninguém usava essa expressão, hoje comum na crítica arquitetônica, para todos, tudo aquilo era o “novo gosto”, a estética erudita ou civilizada que a Europa nos enviava<sup>14</sup>.

Hoje, entende-se por *Ecletismo* toda a somatória de produções arquitetônicas a partir do final do primeiro quartel do século passado, que vieram juntar-se ao *Neoclássico* histórico surgido por sua vez como reação ao Barroco. Sabemos que, naqueles dias, primeiramente vieram as obras neogóticas em contraposição às neoclássicas e dessa coexistência inicial é que veio à tona no panorama arquitetônico a expressão filosófica *Ecletismo*, que designava primordialmente a tolerância a duas idéias ou dois comportamentos concomitantes. Nesse sentido explicar o Ecletismo significa procurar compreender a miscelânea arquitetônica<sup>15</sup>.

Tudo se alterava, a cidade era fundada pela segunda vez. A taipa velha foi definitivamente substituída pelo tijolo e a cidade reconstruída de alvenaria. Como já vimos acima, em 1875, no começo da euforia remodeladora, a cidade tinha menos de 3 mil pequenos prédios, mas já em 1900, a capital do café abriu o século com 21 mil prédios construídos no perímetro urbano. A cidade crescia sobre si mesma, a expansão da área urbana e da população não eram as únicas responsáveis pela febre de construções, quase todas as velhas obras de taipa, muitas ainda do tempo da colônia foram derrubadas e substituídas por outras de tijolos. Era a hora de banir as marcas do provincianismo roceiro. Cada qual com suas soluções naquele clima de invenções formais. A variedade passou a compor o cenário sem repetições, mas, ao mesmo tempo, homogeneizado pelas mesmas regras de composição, pelos mesmos gabaritos reguladores. Era o Ecletismo arquitetônico que passava a ser a expressão do modo de morar<sup>16</sup>.

Ao mesmo tempo em que ocorriam essas modificações no modo de morar, houve também toda uma evolução da legislação estadual e municipal. Durante todo o período colonial e até meados dos oitocentos, a legislação voltada ao controle das edificações urbanas não interferiu nas condições de planejamento interno das residências – é como se cada um fosse deixado para que morasse do jeito que quisesse ou pudesse. Externamente, as Câmaras e até mesmo o governo central procuraram organizar e fiscalizar alinhamentos e fachadas havia ao menos a intenção de garantir ruas retas e regulares e, especialmente, continuidade entre as cumeeiras das construções geminadas. Tal preocupação não denotava só alguma preocupação estética, mas também atendia às dificuldades construtivas daqueles tempos ainda alheios às novidades da revolução industrial, em que as infiltrações das águas pluviais eram de precário controle em telhados frágeis e de níveis diferentes, com cumeadas desalinhadas. Mas a atenção das Câmaras parava por aí.

Os governos não interferiam na organização interna das residências, cujas plantas, no entanto, eram extremamente semelhantes entre si, só variando na quantidade de cômodos. Havia uma “subserviência obrigatória” às poucas técnicas construtivas vigentes e ao gregarismo medieval que unia as casas umas às outras, todas em lotes estreitos e profundos. Ar e luz somente pela frente e por trás. É claro que, todas as técnicas construtivas,

o alegado gregarismo e todos os procedimentos referentes ao ato de morar estavam inelutavelmente inseridos num amplo complexo cultural, próprio de cada região brasileira<sup>17</sup>.

Para a cidade de São Paulo, todas as alterações advindas a partir do último quartel do século XIX trouxeram novas tecnologias atreladas à alvenaria de tijolos, novos materiais de acabamento e outros critérios de morar para os ricos e para a classe média ascendente, que passavam por um processo civilizatório, sendo que a elite assumiu o “morar à francesa”.

É claro que aqui não nos referimos as condições de moradias dos imigrantes pobres, dos antigos nacionais pobres e dos negros e mulatos. A imigração inchou a cidade, provocando uma enorme carência de moradias fazendo surgir os cortiços, promíscuos e insalubres. Surgiram problemas imprevistos quando do início do movimento imigratório. Com o aumento da demanda urbana por mão de obra em virtude do crescimento das atividades terciárias e fabris surgiram problemas variadíssimos, desde os relativos ao abastecimento de gêneros até aos de controle de epidemias, passando pelos mais graves relativos ao assunto da moradia, afora as questões sociais imanentes ao brutal crescimento populacional repentino a partir da República. Os cortiços tiveram grande importância na postura das autoridades em introduzir nos códigos legais uma série de exigências ligadas à higiene, sobretudo à da habitação – a lei entrava dentro de casa<sup>18</sup>.

Em São Paulo, o primeiro Código de Posturas a ter preocupações sociais na regulamentação das habitações foi o de 1886. Em seu texto estipulava para todos os tipos de construção, em qualquer hipótese, porão com altura mínima, sugeria pés direitos de altura mínima, abolia os beirais do tempo da taipa e acabou criando, a partir daí, a nova tipologia da casa paulistana, novo partido arquitetônico derivado, em resumo, da obrigatoriedade do alinhamento do lote, da obrigatoriedade do porão e do corredor lateral descoberto que permitisse a iluminação direta dos cômodos. Agora, cada casa com o seu telhado independente. Telhas francesas, ditas de Marselha; telhados contínuos só em pequenos grupos de duas ou três casas de aluguel de um mesmo proprietário. Alvenaria de tijolos definindo arcabouço padronizado que poderia receber decoração estilística segundo a vontade ou o gosto do empreiteiro, quase sempre italiano. Foi a chegada do Ecletismo<sup>19</sup>.

Já na República, a partir de maio de 1893 a prefeitura passou a exigir as plantas das novas construções, antes de fornecer o necessário alinhamento do lote, e passou também a exigir indiscriminadamente “ar e luz” para os dormitórios. Em 1894, com o Primeiro Código Sanitário há sistematização de exigências, ligadas tanto às questões da urbanização como à largura de ruas e relações entre estas e a altura dos edifícios, ou relacionadas à salubridade das construções, não se esquecendo das espessuras mínimas das paredes, impermeabilizações combatendo a umidade emanada do solo e outras providências<sup>20</sup>.

O arquiteto e pesquisador Carlos Lemos classificou os tipos de casas para este período em 7 categorias: cortiços, casas operárias, casas de baixa classe média, casas de classe média propriamente dita, casas de classe média alta, palacetes e soluções mistas. As casas operárias abrangeriam as

moradias pequenas de até 3 acomodações, fora o WC de uso exclusivo da família; as residências da classe média baixa reuniram todas as moradias com 4 cômodos e instalações sanitárias; as moradias da classe média propriamente dita designariam as casas com qualquer número de dormitórios mas portadoras de duas salas, a de receber, às vezes também chamada de "gabinete", e a sala de jantar costumeiramente batizada de "varanda", fora a cozinha, tendo ao lado instalações sanitárias completas, incluído o banho; as residências ditas de classe média alta reuniram os exemplares com qualquer número de dormitórios, mais sala de visitas, "gabinete", agora com feição de escritório, sala de jantar, copa-cozinha e quarto de empregada, podendo também comparecer uma despensa e um quarto de engomar, além do que eram construções quase sempre no alinhamento e com jardim lateral, sendo raramente assobradada; os palacetes eram a novidade rica, raramente térrea, propiciando quase sempre o "morar à francesa" e procurando, sobretudo, uma quantidade muito grande de acomodações de modo que fossem evitadas, sempre que possível, superposições das atividades e daí, o surgimento da "sala da senhora", de "fumoir", da sala de música, da biblioteca conjugada ao gabinete, do quarto de hóspedes no térreo, da sala de bilhar, da sala de almoço, do quarto da governanta e da cocheira ou da garagem; sobre as soluções mistas, reuniram todas as soluções arquitetônicas envolvendo habitações unidas a locais de comércio. Não entraremos no rol das especificações próprias de cada um, indicamos o volume do autor para aprofundamentos, servindo esta nota acima para verificarmos a variedade arquitetônica que refletiu a febre construtiva na cidade que crescia exponencialmente<sup>21</sup>. Sobre os palacetes, que nos interessam mais por ser nesta categoria que se encontra a Casa do CRE, voltaremos a discorrer no próximo tópico.

Segundo o professor C. Lemos, podemos classificar as obras do ecletismo arquitetônico segundo alguns grupos estilísticos, com a ressalva que vários tiveram existências concomitantes, embora outros tenham surgido em seqüência temporal. Praticamente todos esses grupos, uns mais, outros menos, surgiram no panorama arquitetônico a partir de um novo "saber fazer", que não prescindia, em hipótese alguma, de materiais estrangeiros de impossível industrialização local imediata. É claro que logo se passou a fabricar aqui tijolos, telhas planas chamadas de *francesas* e a areia das argamassas e algum cal eram dos arrabaldes, mas o resto vinha de fora, inclusive a madeira toda exportada pelo porto de Riga. Nosso Patrimônio Cultural viu-se em situação inesperada e inédita, para dizer o mínimo: passou a possuir bens ou artefatos alheios aos elementos do conhecimento da sociedade local e executados com recursos e materiais estranhos à natureza envoltória e concebidos segundo estética de outras terras<sup>22</sup>.

Em relação aos grupos estilísticos o professor Lemos os classifica da seguinte maneira: 1) construções neoclássicas ditas ortodoxas, mais antigas e pouco numerosas, influenciadas pela produção carioca e mais restritas aos anos 1850/60; 2) construções neoclássicas na primeira intenção, no partido arquitetônico, mas comprometidas principalmente pela ornamentação renascentista - é composto de obras bem elaboradas buscando soluções de composição em fontes classicizantes diversas, mas

organizadas com bom gosto e construídas com o que houvesse de melhor no mercado de materiais importados – eram em geral obras de autor; 3) construções diversas que, de um modo geral, podem ser chamadas de neo-renascentistas poluídas, pois eram executadas por profissionais pouco qualificados e que substituíam as regras pela improvisação, pela recriação e até pela invenção, tendo sido o grupo mais numeroso e mais difundido e que, para muitos, é o único a merecer o epíteto do ecletismo, porque tolerava tudo; 4) obras vulgarmente chamadas de *art nouveau*, mas que também incluem trabalhos de inspiração alemã ou austríaca, eram obras pouco numerosas, concebidas dentro de uma ortodoxia erudita; 5) construções populares de arcabouço estrutural convencional de tijolos, muito semelhantes ao das casas do 3. grupo, mas que recebiam decoração *art nouveau* sem maiores critérios, com ornamentações florais espalhadas; 6) obras de estilo indefinido, mas grande parte delas com características formais tiradas principalmente dos chalés alpinos, mais do território suíço, caracterizadas pelo tom romântico, pelo ar bucólico dito campestre; 7) construções pertencentes ao chamado *ecletismo historicista*, que compreendia trabalhos vinculados aos variados modelos de construções antigas alheias ao mundo clássico, sendo o estilo *neogótico* o mais freqüente; 8) construções dentro do estilo que, na época, anos da 1ª Grande Guerra, se chamava “tradicionalista” ou “colonial” e que hoje os estudiosos denominam *neocolonial*; 9) obras populares nascidas da reprodução simplificada dos modelos *eruditos neocoloniais*, que chegaram a compreender a quase totalidade das construções da década de 20<sup>23</sup>.

O que essas casas tinham em comum, na sua maioria, era a maior iluminação natural para todos os cômodos, janelas com vidros lapidados ou fosqueados, pinho-de-riça em profusão, papéis forrando paredes internas quando elas não eram pintadas por hábeis pintores, casas com água encanada, já com instalações sanitárias internas completas com chuveiro, banheira e bidê, paredes ladrilhadas com pisos impermeáveis nas cozinhas e banheiros, cozinha que se tornou mais cômoda com fogão a carvão vegetal, iluminação artificial, que também teve grandes progressos, primeiro com lâmpões abastecidos com querosene e depois com a luz elétrica que a Light tornou acessível a todos. A varanda, a sala grande, continuou com a sua função antiga de local para receber as visitas, mas a sala de frente ganhou também importância, servindo como local de comunicação com a rua e também porque aí se instalou o piano, o centro de convivência de todos da família, especialmente nos domingos à noite<sup>24</sup>.

A cidade ainda produziu outras revisões no seu Código Sanitário, em 1911 e por fim em 1918, este último código bem amplo que vasculhava todos os programas de necessidades, passando pelos estabelecimentos comerciais, industriais, hospitais, residências, cemitérios e tudo o mais que se pudesse construir; quanto às moradias, introduziu novidades na fiscalização dos aspectos higiênicos. Este código durou até 1951<sup>25</sup>.

Essa casa moderna implantada de fora para dentro na São Paulo do final do século XIX e começo do XX, casa burguesa por excelência, foi reflexo do movimento da sociedade civil que conferiu maior importância à dimensão privada da vida. A casa e suas novas formas de acomodação

doméstica tornaram-se prova das condições sócio-econômicas de seus moradores<sup>26</sup>.

Ainda importante realçar a importância de um grupo de arquitetos e alguns de seus trabalhos, que entre o final do século XIX e a década de 20 criaram alguns dos melhores trabalhos arquitetônicos paulistanos. Em fim da década de 1870 chegaram alguns jovens recém-formados da Europa com seus diplomas de arquiteto. Otaviano Pereira de Mendes, Francisco Ramos de Azevedo e outros abrem uma nova página na história da arquitetura de São Paulo. As casas são ornadas com ornamentos neoclássicos, e é no bairro dos Campos Elíseos que esta nova arquitetura revelou todo seu academicismo. Arquitetos estrangeiros também tiveram igualmente atuação destacada, como o alemão Haüsler, Victor Dubugras e os italianos Bezzi e Pucci que construiu a Chácara do Carvalho, residência do Conselheiro Antonio Prado e vários palacetes na rua São Luiz, mas foi o escritório de Ramos de Azevedo o principal responsável pela fama e requinte desta nova arquitetura – como citação obrigatória e característico deste período das construções neo-renascentistas são o edifício do Museu do Ipiranga, iniciado em 1882 pelo arquiteto Gaudêncio Bezzi e o famoso de vizinho frente da Casa do CRE, a luxuosa residência de Elias Chaves, projeto de Matheus Haüssler, de 1896, hoje conhecida como Palácio Campos Elíseos e que já abordamos mais atrás. Aqui em São Paulo o espírito grego do neoclassicismo era logo suplantado pelas tendências romanas e florentinas<sup>27</sup>.

Ramos de Azevedo – o maior nome da renovação arquitetônica do período –, montou um amplo escritório capaz de responder a todo tipo de solicitação tanto particular quanto oficial. Nos cinquenta anos em que esteve a frente do seu escritório projetou e construiu os principais edifícios públicos, institucionais e particulares da cidade de São Paulo. O operoso arquiteto organizou um escritório de importação de material e, para a formação de mão-de-obra ajudou a organizar o Liceu de Artes e Ofícios, onde eram vistos mestres vindos da Europa. Seus colaboradores eram escolhidos a “dedo”, destacando-se Domiziano Rossi, autor do projeto do Teatro Municipal – inaugurado em 1911 –, e que trabalhou 31 anos no escritório, acabando como sócio da firma. Além do Teatro Municipal ainda projetou, entre outros, o Palácio das Indústrias, o Palácio da Justiça, o Liceu de Artes e Ofícios e inúmeros palacetes, os quais apareciam sempre como trabalho do escritório, procedimento comum na época<sup>28</sup>. Nesse sentido, inclusive vale a afirmação do professor Carlos Lemos de que Ramos de Azevedo foi o “chefe” do movimento civilizador da cidade<sup>29</sup>.

A noção de habitar que Ramos de Azevedo trouxe de sua formação européia, realizada na cidade flamenga de Gante, de 1875 a 1878, ligava-se aos hábitos, necessidades, idéias, aspirações e costumes burgueses, os quais já eram amplamente dominantes na Europa Ocidental nessa época. Em seus projetos, Ramos de Azevedo utilizaria os conceitos novos que aprendera como o zoneamento e a compartimentação. A nova escola arquitetônica realizara uma verdadeira revolução conceitual na arquitetura residencial sob o ponto de vista da distribuição. As três áreas básicas de uma moradia, área íntima, social e de serviço, são agora independentes, mas integradas através de uma rede de cômodos; devem ser agora

distribuídas de acordo com um rígido ritual social e conformadas às regras de conforto, higiene e salubridade<sup>30</sup>.

Ramos de Azevedo ainda influenciou toda a futura geração de arquitetos ao ser convidado a organizar os cursos de arquitetura da Escola Politécnica, em 1894. Em seus cursos ensinava a amplitude e disposição das diversas peças, numa clara demonstração de sua atenção ao dimensionamento adequado às funções e à situação dos cômodos na geografia da casa, além do que também ensinava meticulosamente todos os passos do projeto e da construção<sup>31</sup>.

Esse *neo-renascentismo* paulistano teve o início de sua popularização entre nós em meados da década de 70. O Grande Hotel, projeto de 1878, é considerado pelos estudiosos como o primeiro exemplar dessa corrente estilística em terras paulistanas. Foi um hotel de luxo, finamente decorado em seus interiores pelo seu proprietário, o alemão Glette. Neste grupo de construções típicas deste período também devem ser incluídos alguns exemplares residenciais de famílias muito ricas da classe dominante, como aquela já citada de Elias Chaves, e também, a casa de Dona Veridiana da Silva Prado, de 1884, a de Dona Maria Angélica Aguiar de Barros, de 1891, a do Conselheiro Antonio Prado, na Chácara do Carvalho, também de 1891, projetada por Luigi Pucci, o construtor do palácio do Ipiranga, onde assimilou as lições de Benzi. Todos exemplares ricos e inspirados em fontes européias próprias do Neo-renascimento surgido pouco antes<sup>32</sup>.

Era esse ecletismo da moda arquitetônica que dominava as construções na passagem para o século XX que também influenciou nas construções dos prédios dos novos grupos escolares que se alastravam pela capital e pelo interior do Estado, sendo o prédio da Escola Normal da Praça da República, projeto de Ramos de Azevedo, o exemplar de maior destaque.

## Notas

<sup>1</sup> CARVALHO, Maria Cristina Wolff de. *Bem morar em São Paulo, 1880-1910: Ramos de Azevedo e os modelos europeus* in *Anais do Museu Paulista*. v.4. EDUSP. São Paulo, 1996. pg. 167

<sup>2</sup> THEODORO, Janice. *São Paulo de Ramos de Azevedo: da cidade colonial à cidade romântica* in *Anais do Museu Paulista*. v.4. EDUSP. São Paulo, 1996. pg. 201

<sup>3</sup> THEODORO, Janice, *op. cit.*, pg. 201

<sup>4</sup> CARVALHO, Maria Cristina Wolff de, *op. cit.*, pg. 166

<sup>5</sup> LEMOS, Carlos, *op. cit.*, pg. 72

<sup>6</sup> BRUNO, Ernani Silva, *op. cit.*, pg. 465

<sup>7</sup> BRUNO, Ernani Silva, *op. cit.*, pg. 469

<sup>8</sup> BRUNO, Ernani Silva, *op. cit.*, pgs. 478 e 479

<sup>9</sup> BRUNO, Ernani Silva, *op. cit.*, pg. 491

<sup>10</sup> LEMOS, Carlos, *op. cit.*, pg. 72

<sup>11</sup> HOMEM, Maria Cecília Naclério, *op. cit.*, pg. 20

<sup>12</sup> HOMEM, Maria Cecília Naclério, *op. cit.*, pg. 21

<sup>13</sup> LEMOS, Carlos. *Ecletismo em São Paulo*, *op. cit.*, pg. 73

<sup>14</sup> LEMOS, Carlos. *Casa Paulista: história das moradias anteriores ao ecletismo trazido pelo café*. EDUSP, São Paulo, 1999. pg.251

<sup>15</sup> LEMOS, Carlos. *Ecletismo em São Paulo*, *op. cit.*, pg. 70

<sup>16</sup> LEMOS, Carlos. *Ecletismo em São Paulo*, *op. cit.*, pg. 73

<sup>17</sup> LEMOS, Carlos. *A república ensina a morar (melhor)*. Hucitec. São Paulo, 1999. pgs. 13 e 14

<sup>18</sup> LEMOS, Carlos. *A república ensina a morar (melhor)*. *op. cit.*, pgs. 14 a 17



- <sup>19</sup> LEMOS, Carlos. A república ensina a morar (melhor). op. cit., pgs. 22 e 23
- <sup>20</sup> LEMOS, Carlos. A república ensina a morar (melhor). op. cit., pg. 29
- <sup>21</sup> LEMOS, Carlos. A república ensina a morar (melhor). op. cit., pg. 32 e 34
- <sup>22</sup> LEMOS, Carlos. A república ensina a morar (melhor). op. cit., pg. 74
- <sup>23</sup> LEMOS, Carlos. *Eclétismo em São Paulo*, op. cit., pgs. 74 e 75
- <sup>24</sup> LEMOS, Carlos. A república ensina a morar (melhor). op. cit., pgs. 66 a 72
- <sup>25</sup> LEMOS, Carlos. A república ensina a morar (melhor). op. cit., pg. 78
- <sup>26</sup> HOMEM, Maria Cecília Naclério, op. cit., pg. 57
- <sup>27</sup> LEMOS, Carlos. *Eclétismo em São Paulo*, op. cit., pg. 79
- <sup>28</sup> TOLEDO, Benedito Lima de. *São Paulo: três cidades em um século*, op. cit., pgs. 72 e 73
- <sup>29</sup> LEMOS, Carlos. *Casa Paulista: história das moradias anteriores ao eclétismo trazido pelo café*, op. cit. pg. 252
- <sup>30</sup> CARVALHO, Maria Cristina Wolff de. *Bem morar em São Paulo, 1880-1910: Ramos de Azevedo e os modelos europeus*, op. cit., pg. 168
- <sup>31</sup> CARVALHO, Maria Cristina Wolff de. *Bem morar em São Paulo, 1880-1910: Ramos de Azevedo e os modelos europeus*, op. cit., pg. 175
- <sup>32</sup> LEMOS, Carlos. *Eclétismo em São Paulo*, op. cit., pg. 81